

Contribuição à Consulta Pública MME nº 149/2022 - Número do processo: 48360.000328/2022-87 - Coordenação Geral de Eficiência Energética

24 de fevereiro de 2023

A Rede Kigali é composta por organizações da sociedade civil de defesa do consumidor, energia e sustentabilidade. A Rede promove ações ligadas à melhoria da eficiência energética de aparelhos como ar-condicionados e refrigeradores como forma de reduzir o consumo de energia de fontes poluentes, responsáveis por emissões de gases de efeito estufa que causam o aquecimento global, e de promover benefícios sistêmicos para o setor elétrico, economia e sociedade. Também atua na redução do uso de fluidos refrigerantes com alto potencial de aquecimento global nesses equipamentos, objeto da Emenda de Kigali.

A Rede Kigali, por meio desta, vem apresentar alguns comentários e sua proposta à Consulta Pública nº 149/2022 do Ministério de Minas e Energia (MME), que tem por objetivo obter “contribuição à Resolução CGIEE que trata do Programa de Metas que estabelece níveis máximos de consumo energético para Refrigeradores e Congeladores”.

Considerações iniciais

Onze anos atrás, o Brasil possuía a maior indústria de fabricação de refrigeradores das Américas e a quinta maior do mundo. No entanto, a fabricação de refrigeradores no país diminuiu 25% desde então, contribuindo com o desemprego que temos vivido e permitindo que países como o México e a Indonésia superem o Brasil na produção desses produtos¹.

Desde que o México se harmonizou com as políticas de eficiência energética dos Estados Unidos para refrigeradores no final da década de 1990, obrigando a indústria nacional a melhorar a eficiência de seus produtos com níveis internacionais, ele viu sua participação nas exportações mundiais crescer de 2,73% (US\$ 389 milhões) para 10,5% (US\$ 5,05 bilhões) entre 1996 e 2020².

Por outro lado, o Brasil vem perdendo espaço nas exportações de refrigeradores e freezers nos últimos vinte anos, quando viu a exportação cair de um pico de 1,65% (US\$ 458 milhões) das exportações mundiais em 2005 para 0,28% (US\$ 135 milhões) em 2020, a menor participação de toda série histórica consultada (1996-2020). Diferentemente do que ocorreu no México, o Brasil não se harmonizou com políticas de eficiência energética internacional nesse período de 2005 a 2020, além

¹ Como revigorar a indústria de geladeiras do Brasil. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/04/como-revigorar-industria-de-geladeiras-do-brasil.html>

² <https://oec.world/en/profile/hs/refrigerators?yearSelector1=tradeYear25>

de coincidir com o período quando a etiqueta de refrigeradores, congeladores e similares permaneceu sem revisão alguma³.

Em vista desse quadro, é necessário que os consumidores brasileiros tenham acesso a produtos mais eficientes e a Rede Kigali acredita que é possível revigorar a indústria de refrigeradores do Brasil de forma a também beneficiar os consumidores e a sociedade. A política de MEPS, etiquetagem e de etiqueta de endosso (Selo Procel) são instrumentos de indução importantes para tais fins. Se são ou não suficientes para a realidade brasileira é uma questão que precisa ser melhor tratada nas análises do setor, de impacto regulatório e nas propostas da indústria.

Proposta

A Rede Kigali apoia a proposta do CGIEE, mas traz algumas considerações que julga relevantes a serem levadas em conta.

Considerações

Os índices mínimos de eficiência energética (*Minimum Energy Performance Standards* ou MEPS, na sigla em inglês) contribuem com a retirada dos refrigeradores e congeladores menos eficientes do mercado brasileiro. Nesse sentido, é fundamental que tal política e o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), estejam integrados de forma que a classificação mais alta de eficiência energética do eletrodoméstico (o “A+++” e, posteriormente, o “A”) reflita o que de melhor existe em mercados com condições climáticas e socioeconômicas semelhantes ao Brasil, e que os padrões mínimos de desempenho garantam que produtos ineficientes não sejam comercializados no país. As duas “régua” precisam caminhar de forma integrada. Em algum momento essa integração deverá ser feita para evitar a retirada de faixas de classificação da etiqueta, deixando de prejudicar a maior diferenciação entre os produtos.

Apesar da etapa 1 da proposta do CGIEE ser bastante modesta, retirando poucas unidades de produtos que constam da lista de registro do PBE Inmetro (versão de 31/01/2023), entendemos que pode ter sido uma forma de dar um prazo, sem retirada de produtos, de cerca de três anos para a indústria se adaptar ao MEPS da etapa 2.

Embora o MEPS da etapa 2 (90%) possa parecer ambicioso, a título de exemplo o MEPS adotado pelo México em 2018 (adotado pelos EUA em 2014) é de aproximadamente 71% quando comparado sob o mesmo método de teste e consumo padrão a serem adotados pelo Brasil a partir de 2026. Tendo o México se harmonizado com a política de MEPS e etiquetagem de refrigeradores dos EUA desde a

³ Recentemente foi revisada para buscar alinhar-se com as recomendações da United for Efficiency para países em desenvolvimento. Devido à defasagem existente, esse alinhamento se dará a partir de 2031.

década de noventa, os preços dos equipamentos não se tornaram proibitivos para a população mexicana e o país ainda viu ganhos importantes de escala, com impacto nos preços internos, ao aumentar a venda de seus equipamentos para outros mercados da América do Norte, América Latina e Caribe.

Entendemos que o MEPS de 90% proposto para a etapa 2 é uma forma de alinhar o país ao MEPS da United for Efficiency a partir de 2031, condizente com a Portaria do Inmetro publicada em 2021. Dessa forma fecha-se um ciclo de alinhamento institucional coerente entre MEPS e etiqueta com a United for Efficiency, embora a Rede Kigali ainda prefira que o MEPS da etapa 2 seja de 83% (eliminação das classes C, D, E e F), conforme estudo elaborado pela Clasp. Este índice teria um potencial de redução de R\$ 210 a R\$ 992 do custo do ciclo de vida de um refrigerador para o consumidor e reduziria o consumo nacional de energia em 10,45 TWh e a emissão de gás carbônico em 5,46 MT até 2030.

A indústria tem capacidade de implementar esse índice até 2026, uma vez que os principais fabricantes em operação no Brasil atendem a critérios mais rígidos em outros mercados, e, pelo prazo, teriam previsibilidade para se estruturar, realizar investimentos e implantar as mudanças necessárias em sua cadeia de produção ao longo dos próximos anos.

No entanto, a Rede Kigali levante os seguintes pontos de atenção:

- Uma política de MEPS, etiquetagem e de etiqueta de endosso (Selo Procel) precisa ser monitorada permanentemente e avaliada periodicamente para saber se está trazendo os resultados esperados. O CGIEE precisa criar essa rotina com dados de mercado (preço, eficiência energética, participação por faixas da etiqueta), pois a planilha de registro do Inmetro não o caracteriza;
- A política de eficiência energética precisa estar alinhada com outras políticas ligadas a barreiras fiscais, de infraestrutura, de cadeia de valor, dentre outras, ligadas ao setor. O CGIEE é um colegiado formado por ministérios que reúnem competências que podem identificar, apresentar e superar tais barreiras. Isso poderia avançar a eficiência energética de forma mais ambiciosa;
- A política de MEPS também precisa ter uma boa caracterização do mercado e dos stakeholders dada a diversidade de fabricantes, porte, tipo de capital (nacional, estrangeiro, misto), market share, regionalização e outros atributos a serem levados em conta.

A adoção dos índices aqui defendidos se adequa, também, a um cenário de emergência climática, onde se faz imprescindível reduzir o consumo energético e, conseqüentemente, os impactos socioambientais associados. Além disso, vai de encontro ao desejo do consumidor, que está cada vez mais preocupado com os impactos ambientais de suas escolhas, e querem construir hábitos menos nocivos. Uma pesquisa conduzida em 2022 pelo Instituto Akatu e a GlobeScan⁴ envolvendo 29,2 mil consumidores de 31 países diferentes – sendo aproximadamente 1.000 entrevistados em cada país – mostrou que 84% dos entrevistados brasileiros declararam querer reduzir bastante seu impacto sobre o meio ambiente e que 55% deles afirmaram estar dispostos a pagar mais por produtos ou marcas

⁴ Pesquisa Vida Saudável e Sustentável 2022: um estudo global de percepções do consumidor. Disponível em: <https://akatu.org.br/pesquisa-vida-saudavel-e-sustentavel-2022/>

que trabalham para melhorar a sociedade e o meio ambiente. Isso indica que a não adoção de índices de eficiência energética mais rigorosos colocam a indústria em dissonância com o interesse de parte dos consumidores brasileiros.

Em suma, os efeitos da adoção de MEPS mais rigorosos são benéficos para o consumidor, o meio ambiente e o setor elétrico. A melhoria da eficiência energética contribui para a redução de custos de expansão de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a diminuição de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a modernização e aumento da competitividade da indústria. Por esses motivos, ela é fundamental para uma transição energética limpa e justa.